



GT 01. A presença indígena na educação superior no contexto das universidades brasileiras: desafios na assistência estudantil e diálogos interculturais na formação profissional

Coordenador(es):

Marcos Antonio Braga de Freitas (UFRR - Universidade Federal de Roraima)

Carlos Kleber Saraiva de Sousa (UFC - Universidade Federal do Ceará)

Os povos indígenas têm ao longo da história de contato resistido aos diversos processos colonizatórios e dominação cultural. No contexto dessa resistência vem a luta pela garantia dos direitos sociais e culturais, destacando-se a questão do território, saúde, educação, entre outros. Entretanto, o recorte da proposta do GT é no campo das políticas públicas educacionais, com destaque para a educação superior como uma das formas de sua autonomia e resistência e fortalecimento identitário, sejam no âmbito das terras indígenas e/ou vivem e moram nas cidades. Destaca-se que a formação superior indígena no Brasil e na América Latina, a exemplo do México, Venezuela, Equador, Brasil, entre outras é uma realidade; tendo experiências exitosas no contexto da educação intercultural a partir dessa história de luta, resistência e os marcos legais. A formação intercultural indígena e as experiências em curso nas universidades brasileiras, a exemplo dos cursos de Licenciaturas Interculturais Indígenas e políticas de ações afirmativas com a presença indígena é uma realidade no contexto das políticas públicas das Instituições de Ensino Superior (IESs). A produção da literatura indígena e seus reflexos nos movimentos indígenas, nas escolas e comunidades indígenas são temas de discussões no GT a partir dos trabalhos de conclusão de curso e da própria formação profissional no âmbito das IESs.

Acesso e permanência de estudantes indígenas na Universidade Federal da Fronteira Sul: dificuldades, desafios e potencialidades.

Autoria: Valéria Esteves Nascimento Barros (UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul)

O objetivo deste work será apresentar algumas reflexões sobre os desafios enfrentados pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) com a implantação e gestão do Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN), criado em 2013. A UFFS situa-se na Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul e da Região do Alto Uruguai, local com forte presença indígena (notadamente das etnias Kaingang e Guarani). O PIN foi criado através da resolução nº 33/2013/CONSUNI, após um longo processo de diálogo da UFFS com lideranças indígenas, Fundação Nacional do Índio e Ministério Público Federal, e busca promover os valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial, mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso de estudantes indígenas aos seus cursos de graduação e pós-graduação, bem como de medidas que garantam a permanência dos mesmos na universidade. Essas reflexões estarão embasadas em minha participação, desde a criação do PIN, na comissão institucional que acompanhou sua implantação e desdobramentos; em minha atuação como docente na instituição, recebendo estudantes indígenas em diferentes cursos; e na análise do primeiro relatório produzido pela Diretoria de Políticas de Graduação (ligada à Pró-Reitoria de Graduação) sobre o andamento do programa (em 2017), bem como da nova resolução proposta naquela ocasião para substituir a primeira (buscando dar conta dos desafios e problemas identificados nesses primeiros anos de funcionamento do programa).



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: